



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

COORDENADORIA DE PRECATÓRIOS

Praça Des. Edgard Nogueira, s/n, Teresina PI, CEP 64000-830

(86) 3221-4877. Email: setordeprecatório@tjpi.jus.br

ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR DAS CONTAS DO REGIME ESPECIAL
DE PAGAMENTOS DE PRECATÓRIOS NO ÂMBITO DO ESTADO DO PIAUÍ

Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de abril de 2020, nesta cidade de Teresina – PI, por videoconferência, realizou-se audiência do Comitê Gestor das Contas do Regime Especial de Pagamentos de Precatórios no âmbito do Estado do Piauí.

Presentes o Dr. João Manoel de Moura Ayres, Juiz Estadual Auxiliar da Presidência do TJPI, designado como Gestor de Precatórios desta Corte e Coordenador do Comitê Gestor, representando o Tribunal de Justiça do Estado do Piauí; o Dr. Lucas Rosendo Máximo de Araújo, Juiz Federal, representando o Tribunal Regional Federal da 1ª Região; o Dr. Francisco Washington Bandeira Santos Filho, Juiz do Trabalho, acompanhado da servidora Kenia Fontenele Alves, representando o Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região.

Aberta a reunião, o Dr. João Manoel de Moura Ayres, apresentou três questões importantes ao comitê: **1)** A decisão Liminar nos autos do Mandado de Segurança nº 0700597-52.2020.8.18.0000 de Relatoria do eminente Des. OTON MÁRIO JOSÉ LUSTOSA TORRES, nos seguintes termos: “[...] a) *que o ESTADO DO PIAUÍ deposite, mensalmente, em conta especial mantida pelo Tribunal de Justiça do Piauí para fins de pagamento de precatórios, a parcela em dinheiro no valor correspondente a 1/12 (um doze avos) do comprometimento da Receita Corrente Líquida apurada a partir da média resultante do somatório dos índices de comprometimento da RCL verificados nos exercícios de 2012, 2013 e 2014.* b) *que a autoridade apontada como coatora forneça, em favor do impetrante, certidão de regularidade quanto ao pagamento de precatórios e;* c) *que a autoridade impetrada se abstenha-se de efetuar qualquer sequestro nas contas do Estado do Piauí, para fins de pagamento de precatórios, até julgamento final do presente mandamus. [...]*”. O Dr. João Manoel comunicou que já foi procedido o novo cálculo mas que a decisão acabando trazendo sérios riscos para quitação de todos precatórios no prazo constitucional de 2024, uma vez que o percentual suficiente para quitação de toda dívida do Estado do Piauí seria de 3,4795% da sua Receita Corrente Líquida, e com a decisão liminar o percentual de repasse é 1,29% da RCL. **2)** Comunicar a situação de inadimplência do Estado do Piauí com os repasses de precatórios desde o mês de janeiro de 2020, encontra-se em tramitação do procedimento de sequestro mas com pedido de suspensão no pagamento pelo período de 06(seis) meses em razão da pandemia do Coronavírus. O Dr. João Manoel esta submetendo ao Comitê, nos termos das atribuições do Comitê Gestor, previsto no art. 57, §1º, V da Resolução 303, “V – auxiliar na gestão das contas especiais, propondo medidas para a regularização de repasses financeiros.” – propor ao Presidente, diante do atraso e da situação do estado de Pandemia, a possibilidade de suspensão da dívida por 06(seis) meses como solicitado, de Janeiro até Junho, mas com a obrigação de pagamento do **valor total anual** neste exercício, com base no art. 64, II da Resolução nº303/2019 do Conselho Nacional de Justiça: “Art. 64. A amortização da dívida de precatórios ocorrerá mediante o cumprimento do disposto nas subseções anteriores, conforme proposto em plano de pagamento apresentado anualmente pelo ente devedor ao Tribunal de Justiça, obedecidas as seguintes regras: [...] II – Os entes devedores poderão, até 20 de setembro do ano corrente, apresentar



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

COORDENADORIA DE PRECATÓRIOS

Praça Des. Edgard Nogueira, s/n, Teresina PI, CEP 64000-830

(86) 3221-4877. Email: setordeprecatório@tjpi.jus.br

plano de pagamento para o exercício seguinte prevendo a forma pela qual as amortizações mensais ocorrerão, sendo permitida a variação de valores nos meses do exercício, desde que a proposta assegure a disponibilização do importe total devido no período.”, nos termos como feito deferido para o Estado do Rio Grande do Norte. Após várias discussões, a proposta foi aprovada por unanimidade, devendo ser encaminhada a ata para ciência ao Presidente. **3)** Comunicar sobre o PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS - 0002407-08.2020.2.00.0000 junto ao Conselho Nacional de Justiça que determinar que o TRT 22 repasse ao TJPI a cobrança dos entes municipais submetidos ao regime especial. Informa que já foi encaminhado ofício pelo TJPI ao TRT solicitando informações para possibilitar o cumprimento da decisão. Após várias discussões, os Tribunais (TRT 22 e TJPI) deliberaram pela formação imediata de um grupo com a indicação, pelo TJPI, da Coordenadora de Precatórios do TJPI, a servidora Jordânia Alves de Sousa, e o servidor Mathew Vilarinho Martins, e pelo Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, dos servidores Kenia Fontenele Alves e Cícero Oliveira e Silva, para trocarem as informações necessárias ao seu cumprimento e envio dos dados ao Conselho Nacional de Justiça sobre o procedimento adotado adotada até a presente data. Para constar, foi lavrado o presente termo por mim, _____, Bela. Milena Maria Ferreira Paulino, que, lido e achado conforme, segue devidamente subscrito pelos presentes.

JOÃO MANOEL DE MOURA AYRES
Juiz Auxiliar da Presidência do TJPI

LUCAS ROSENDO MÁXIMO DE ARAÚJO
Juiz Federal

FRANCISCO WASHINGTON BANDEIRA SANTOS FILHO
Juiz do Trabalho

KENIA FONTENELE ALVES
Servidora da Justiça do Trabalho